

# As particularidades da Região Trinacional a partir de sua gente: história, diversidade e identidade intercultural

Janaina de Jesus Lopes Santana<sup>1</sup>  
Jorge Emanuel Vallejos  
Solange Bonomo Assumpção  
Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli  
Samuel Klauck  
Mauricio dos Santos  
Manoela Marli Jaqueira

Neste capítulo, estruturado em três seções, abordaremos um conjunto de informações sobre as particularidades da Região Trinacional do Iguaçu, tendo como foco de análise as pessoas que constroem dinamicamente esse território por meio de suas memórias, histórias e relações intersubjetivas e interculturais e são invisibilizados. Já o nosso recorte espacial de análise incide sobre três das cidades que constituem essa Região, ou seja, Puerto Iguazú (Argentina), Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil).

Toda a reflexão apresentada pauta-se nos propósitos da Agenda 2030 (ONU, 2015) na qual se encontram listados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), organizados em cinco Ps da Sustentabilidade – *Pessoas*, *Prosperidade*, *Paz*, *Planeta* e *Parcerias*.

Em nossa análise crítica, consideramos o fato de que o desenvolvimento sustentável ora preconizado não pode prescindir de três elementos indissociavelmente articulados e interdependentes: (i) o crescimento econômico; (ii) a inclusão social; (iii) a proteção ambiental.

A partir dessa premissa, então, na primeira seção do capítulo, traçamos um perfil sociocultural da população à luz do histórico da Região; no segundo bloco, abordamos

---

<sup>1</sup> Nossos sinceros agradecimentos e nosso reconhecimento à comunidade do Quilombo Apepu (Brasil) e às pessoas que colaboraram com informações constantes em várias partes do texto: Hel Graf (Brasil), Ilê Asé Oju Ogún (Brasil), Ivan Piedrabuena (Argentina), Lila Voeffrey (Argentina), Renann Ferreira (Brasil) e Thais Oliveira (Brasil).

alguns dos desafios que se apresentam aos grupos invisibilizados que vivem nesse território; e, por fim, no terceiro tópico, discorreremos sobre as potencialidades que emergem da diversidade trinacional. Cabe destacar que, para a escrita dessas seções, foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas com agentes públicos, pesquisadores, pesquisadoras e representantes de movimentos culturais, além de uma compilação de pesquisas já realizadas na Região, levadas a termo, em sua maioria, por agentes (dos três países – Argentina, Brasil e Paraguai) que integram a rede NAPI Trinacional.

## Perfil sociocultural da população fronteiriça

Os espaços fronteiriços são a porta de entrada ou de saída de um território e demarcam quem pertence (e não pertence) ao Estado-Nação.

Nesse movimento de estabelecer quem são os seus e os “outros” fica evidente que a *fronteira* não é só considerada um espaço geográfico que pode ser marcado por rios, pontes, montanhas ou qualquer acidente geográfico (fronteiras naturais). Ela pode também ser entendida como uma representação física nacional de cada país, demarcando até onde o Estado pode exercer seu poder, ou seja, o começo e o final da faixa terrestre nacional. Isso exige compreender a *fronteira* para além dos aspectos geográficos, considerando o valor atribuído ao conjunto de símbolos nacionais que conferem sentido de unidade ao Estado-nação, como os hinos, a bandeira, a documentação de identificação e os ensinamentos baseados em uma história única, construtora de uma significação de pertencimento de cada cidadã e cidadão, na condição de pessoa que escreve a sua história e a de sua comunidade/país. Essa perspectiva é ratificada nos estudos de Cardin (2016), Benvenuto (2016), Haesbaert (2014), Machado e Silva (2021) e Souza (2014). Para esses estudiosos e essas estudiosas é através do movimento sujeito/espaço que identidades são forjadas e o território é modificado pelas interferências identitárias, históricas, culturais e étnicas de cada vivência e memória do povo.

Entretanto, no sentido contrário ao projetado pelo Estado-Nação, essas mesmas pessoas que são expostas à homogeneização simbólica tornam-se responsáveis pela transformação do espaço (terra) em território, por meio de seus movimentos culturais, sociais e históricos, estabelecidos pela heterogeneidade baseada em sua diferença (étnica, racial, de gênero, de classe etc.).

Essa perspectiva nos convida a conceber os espaços fronteiriços como bem mais do que regiões de segurança nacional ou de marcos-limites físicos. Trata-se de espaços porosos em que se estabelecem diversas relações econômicas, culturais e sociais,

motivo que nos obriga a não ignorar as diferentes formas de produção e de apropriação desses espaços, assim como as múltiplas percepções desse ambiente pelas pessoas que os constituem. Com esse alinhamento, é possível nos aproximarmos do *espaço vivido* na fronteira e ainda refletir sobre as diversas dinâmicas presentes no território fronteiriço que, ao mesmo tempo, é o lugar de delimitação da ideia de “nós” e dos “outros”, e também é o lugar em que se propaga o ideal de circulação, fluxo e integração entre as diversas etnias, culturas e memórias compartilhadas – no nosso caso, entre três países: Argentina, Brasil e Paraguai –, melhor compreendido no devir histórico.

### Diversidade sociocultural da Região Trinacional: uma abordagem histórica

No intuito de lançarmos reflexões sobre o passado da Região, como o percurso dos rios que desaguam para o futuro, apresentamos, ainda que brevemente, o percurso histórico de algumas das cidades que formam a Região Trinacional: i) Ciudad del Este, fundada em 1953, como ponto focal da construção da Ponte da Amizade; ii) Foz do Iguaçu, fundada em 1888, como colônia militar; iii) Puerto Iguazú, sem uma data oficial de fundação, que floresceu mais especificamente a partir de 1934, experimentando um *boom* demográfico entre os anos de 1970 e 1980.

Essa região surge nos registros históricos, narrativas e relatos, principalmente, a partir da acepção da cultura missioneira. Foi originalmente habitada por povos indígenas das línguas Tupi-guarani e Ge, que foram incorporados (em grande medida) ao sistema colonial espanhol por meio das reduções jesuítas (1609-1768), sendo esta uma experiência histórica compartilhada entre os atuais Estados nacionais da Argentina, Brasil e Paraguai.

Durante o período dos jesuítas, localizavam-se as Reduções de Acaray e Santa Maria do Iguaçu na Região Trinacional. Posteriormente, devido ao avanço das bandeiras que capturavam populações indígenas com o intuito de vendê-las como escravos, essas reduções tiveram de ser refundadas mais ao sul. O mapa que segue, embora focalize a abrangência da presença das reduções em um panorama ampliado da Região Sul da América, permite-nos inferir e demonstrar que esse território, como um lugar de trânsito de guaranis e jesuítas, envolve e abarca a Região Trinacional em destaque.

Figura 1 - Território dos povos Jesuítas (guaranis em reduções) - 1609-1768



Fonte: Rowanwindwhistler (2018).

Por circunstâncias políticas, diplomáticas e econômicas, que envolviam interesses das coroas espanholas e portuguesas, essa experiência foi desestruturada em 1768, perecendo a população indígena das cidades missioneiras nos conflitos armados ou sendo forçada à emigração. Com isso, esse território foi transformado em um espaço com baixa densidade populacional e com grupos humanos indígenas e europeus dispersos. Cabe ressaltar que compreender esse território e o trânsito que por ele ocorre nos conduz a perceber os rios como vias de deslocamento importantes, a ponto de a confluência dos rios Iguazu e Paraná ser referência geográfica e simbólica da Região Trinacional.

Nesse íterim, a partir do século XIX, desenvolve-se, desde o rio Paraná, a expansão da frente extrativista de erva-mate silvestre e da madeira. Na região, operavam grandes empresas de erva e madeiras (Matte Larangeira, Flor de Lis, Núñez e Gibaja) com interesses convergentes na exploração dos recursos naturais, navegação

e comércio, promovendo uma progressiva ocupação populacional desse território, mesmo que de forma sazonal. Essas companhias formavam centros de distribuição e abastecimento às margens dessa via fluvial, mobilizavam um contingente expressivo de mão de obra, principalmente de origem paraguaia, comumente caracterizada como indígena, bem como estabeleciam relações com as comunidades indígenas que viviam nesse território já trinacional.

Dessa experiência resulta um programa de vigilância, controle e proteção desses territórios. No caso brasileiro, no final do século XIX estabeleceram-se colônias militares nas fronteiras oeste, principalmente nas intercessões com a Argentina e Paraguai. Contudo, é possível inferir que essas ações, por vezes, silenciaram e apagaram a presença das populações autóctones – de origem indígena e estrangeiras – consideradas como não nacionais.

Adentrando no século XX, com a presença dos primeiros contingentes de imigrantes europeus, iniciou-se um extenso processo de colonização, integração e assimilação que ainda está em desenvolvimento. Na década de 1930, os governos do Brasil (1939) e da Argentina (1934) promoveram a proteção do ecossistema da Mata Atlântica, ou selva paranaense, e criaram dois Parques Nacionais, tendo o limite de fronteira compartilhado como eixo dos territórios protegidos. Em meados do século XX, com a melhoria das vias de comunicação (pelo rio Paraná e as novas vias terrestres), consolidaram-se os núcleos urbanos da Tríplice Fronteira e foram feitos diversos investimentos na infraestrutura, na rede de água potável, nos hospitais e na área de habitação, confluindo para um crescimento demográfico explosivo entre 1970 e 1990.

Nesse contexto de expansão urbana, destacamos três ações importantes. A primeira delas é a construção da Ponte Internacional da Amizade, que resulta na fundação da cidade de Flor de Liz, rebatizada como Puerto Stroessner e posteriormente como Ciudad del Este. Inaugurada em 1965, acabou por vincular-se à segunda ação importante, isto é, a interligação dos sistemas de transportes rodoviário brasileiro e paraguaio<sup>2</sup> que, por meio de ponte e vias rodoviárias, permitem a mobilidade e a integração, favorecendo as migrações, a formação de cidades e o crescimento demográfico regional. A terceira ação importante, em 1985, foi a inauguração da Ponte da Fraternidade, entre a Argentina e o Brasil. Por meio desse conjunto de infraestruturas, tornou-se possível a existência de um sistema mais efetivo de integração do território – que, nos períodos subsequentes, passará por diversas

---

<sup>2</sup> Como resultado dessa ação, o Paraguai tem facilitado o acesso aos portos brasileiros e o Brasil, por sua vez, encontra um novo mercado de escoamento de sua nascente produção industrial.

transformações e ajustes, provocados por tensões nacionais, econômicas, políticas e sociais.

Nas últimas duas décadas, o desenvolvimento da infraestrutura comercial de serviços e da hotelaria tem se acelerado, o que tornou a região um espaço estratégico para a atividade comercial e turística, com um mercado regional dinâmico e em expansão. Decorre desse processo uma relação de interdependência das três cidades em relação ao comércio, ao turismo e aos serviços básicos. Isso é um forte indício de integração que mobiliza, aproxima e realoca pessoas. Exemplo desse momento é o forte fluxo migratório que se fixa na Região em função da abertura da zona franca comercial em Ciudad del Este, atraindo empresas e pessoas de várias partes do mundo – com destaque especial para dois grupos que, apesar de diversos, acabam sendo agrupados e denominados como Árabes e Orientais. Observa-se, no entanto, que esse processo, para além do ora apresentado, também gerou mobilidades internas, pois o desenvolvimento comercial da Região propiciou a atração e a fixação de novas pessoas nesse território, oriundas de cidades próximas a Ciudad del Este, Foz do Iguazu e Puerto Iguazú.

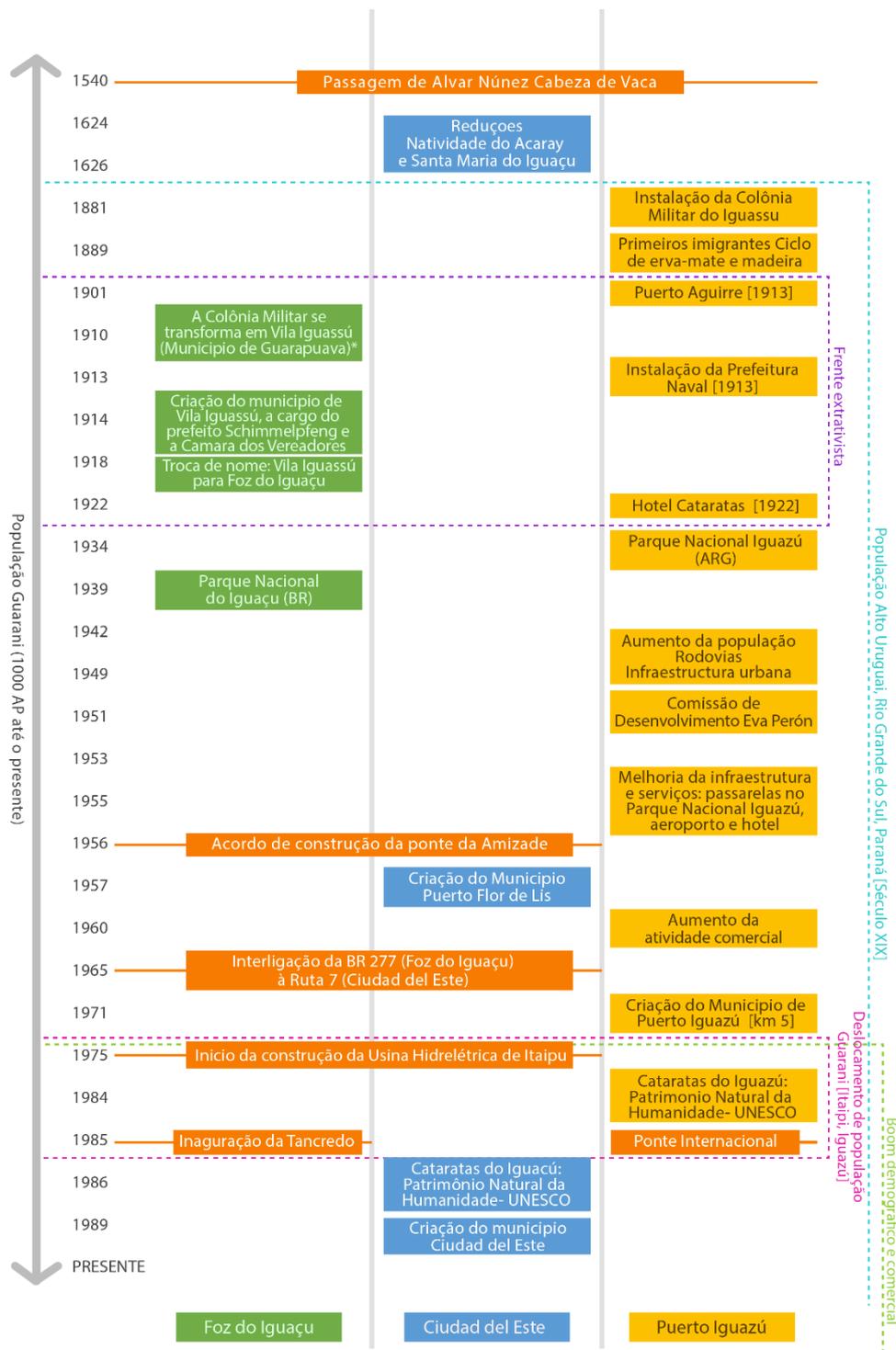
Por fim, cabe ressaltar que, nesse período, a Região passou por uma grande transformação socioeconômica-espacial, resultante da construção da Usina de Itaipu Binacional. Como resultado prático, houve a mobilidade e o assentamento de milhares de trabalhadores que se instalam, principalmente, em Foz do Iguazu e Ciudad del Este.

Esse breve percurso pelas trilhas da história, destacando alguns acontecimentos marcantes, contribui para o entendimento inicial da construção da região de fronteira trinacional e nos chama a atenção para o fato de que a ideia de região compartilhada, via fluxo de pessoas e mercadorias, teve início bem antes da estruturação do ideal de Tríplice Fronteira. Por isso, ressaltamos a importância de se propor ações direcionadas ao território que são eminentemente compartilhadas, uma vez que a dinâmica territorial foi/é construída pela lógica da circulação de pessoas no território, por diferentes motivos, conforme indicado na linha do tempo a seguir, retratando o período de exploração extrativista, o ciclo da madeira, da erva-mate e a chegada de diversas populações para a construção de pontes internacionais e, posteriormente, da barragem de Itaipu Binacional.

#### UM CONVITE À REFLEXÃO!

- Qual o perfil da população da Região da Tríplice Fronteira?
- Quais foram os frutos dos processos históricos pelos quais passou essa região?
  - Que tratamento é conferido à diversidade presente nesse território?
  - Como essa variedade pode manter estreito diálogo com os objetivos de desenvolvimento sustentável?

Figura 2 – Linha do tempo de eventos e ciclos econômicos da Região Trinacional



Fonte: Elaboração das autoras e dos autores (2022)<sup>3</sup>; diagramação de Hel Graf (2022).

<sup>3</sup> Em sua criação, em 1914, a Villa Iguassú foi registrada com essa grafia. Em 1945, com o acordo ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, fixou-se o uso do “ç” no lugar de “ss” nos substantivos de origem indígena, modificando a grafia para “Iguaçu” (MARQUES, 2017, p. 57).

Pelo exposto na figura acima, ficam evidentes algumas intersecções dos processos históricos e culturais que consolidaram o que entendemos como Região Trinacional, isto é, uma região atravessada por fluxos (legais e ilegais) de pessoas, de bens e de serviços – com intensidade variável e de acordo com os ciclos econômicos de cada um dos países – que se mantêm vivos ao longo do tempo.

Ao considerarmos essa realidade, podemos constatar a diversidade presente no cotidiano da Região, especialmente no caso das cidades de Foz do Iguaçu, de Ciudad Del Este e de Puerto Iguazú, como expressão da história desse território, o que nos desafia a pensar as diferenças como determinantes do estabelecimento, em maior ou menor medida, de relações geradoras de desigualdade/segregação e/ou de união/fraternidade/amizade.

Nesse processo de reflexão, é fundamental que se conheça quem são as pessoas que habitam e constroem a região fronteiriça trinacional do Oeste do Paraná, do Leste Paraguai e do Norte Argentino e como carregam consigo – na vivência, na história pessoal e coletiva – a possibilidade de encontros atemporais e aproximação de distâncias, tendo em mente que esses mesmos elementos fazem emergir divisões, violências, segregação e reprodução de modelos de desenvolvimento que se baseiam na imposição da força e no apagamento da diversidade e do outro. Em outras palavras, esse convite à observação crítica nos impele à análise de que os extremos e a gradação observada no contínuo populacional (em relação à renda, à moradia, ao trabalho, à educação, entre outros) importam, assim como importa a complexidade das pessoas e das comunidades, pois não é possível pensar na unidade das pessoas da Região sem pensar em suas diferenças étnicas, raciais, de gênero, de faixa etária, de acesso aos bens culturais etc.... e esta parece ser a principal mensagem que as pessoas da fronteira trinacional deixam transparecer: existe sempre algo mais, algo a ser visto e valorizado nesse encontro intercultural.

### **Nossos passos vêm de longe!**

Em face dos processos anteriormente apresentados, nesta seção, julgamos pertinente destacar o potencial intercultural da Região, no momento presente, dando ênfase à população indígena e negra e sua composição étnico-cultural, resultante da confluência histórica de pessoas de diferentes nacionalidades e origens étnicas, de posições de poder em disputa e de movimentos migratórios de naturezas diversas, como apresentado a seguir.

## O contexto indígena

O extenso território Guarani cobre uma região muito ampla e inclui diferentes grupos étnicos nos atuais Estados-nação da Bolívia, Brasil-Paraguai e Argentina, a saber: Mbya (Argentina, Brasil e Paraguai); Ava Guarani (Paraguai) – também conhecido como Ñandeva –, Guarani ou Chiripa (Brasil e Argentina); Pai-Tavytera (Paraguai), conhecido, no Brasil, como Kaiowa; Ava-Guarani e Isoceño (Bolívia e Argentina), conhecidos como Guarani Ocidentais, no Paraguai, e como Chiriguanos ou Chahuanacos, na Argentina; Gwarayú (Bolívia); Sirionó, Mbia ou Yuki (Bolívia); Guarasuw'we (Bolívia), Tapiete ou Guaraní Ñandeva (Bolívia, Argentina e Paraguai) e Aché (Paraguai).

Na Região Trinacional coexistem várias etnias guaranis, agrupadas em Tekoas ou Comunidades, concebidas como assentamentos cujas famílias mantêm laços de parentesco entre si e promovem uma mobilidade que ultrapassa as fronteiras nacionais. O mapa a seguir mostra a distribuição dessas comunidades na Região, o impacto (que se traduz no deslocamento espacial) produzido pela formação do Lago de Itaipu e a organização de núcleos ou aldeias ao redor dos centros urbanos de Puerto Iguazú e Ciudad del Este.

Figura 3 - Comunidades Guaranis na Região Trinacional



Fonte: Elaboração de Vallejos (2022), a partir de Buliubasich, Córdoba e Flores (2016) e Melià (2008).

## *O contexto afrodescendente*

Em todo contexto da América Latina, incluindo a Região Trinacional, a população negra esteve presente na construção do território, vindo para as Américas, na condição de pessoas escravizadas, para trabalharem nas colônias europeias. Esse modelo de trabalho, baseado na escravização, foi um dos principais motores da economia no período Colonial, resultando em marcas culturais, sociais e étnicas em nossa sociedade, como asseveram Andrews (2007) e Rios e Lima (2020).

A população negra, na Região Trinacional, foi alvo de um processo de apagamento histórico, fruto da negação de sua existência no território. Esse negacionismo encontra-se presente não somente no discurso circulante nas cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, mas também no imaginário das pessoas que nelas habitam.

No caso da Argentina e do Paraguai, vale ressaltar a política estatal de embranquecimento que promoveu o envio de jovens negros, na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), para serem colocados na linha de frente no combate entre os três países. No caso do Brasil, embora por expedientes diferentes, esse processo também se fez presente, principalmente no Sul do país, com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, implementando a obrigatoriedade da “distribuição” de terras por parte do Estado para os recém-chegados imigrantes europeus.

As repercussões desse embranquecimento são nefastas. A esse respeito, Gonzalez e Hasenbalg (1982) argumentam que, no período pós-escravização, não sobraram opções socioeconômicas para a população negra, impelindo-a a buscar moradias em terras longe do chamado centro, para o cultivo e subsistência, formando ali núcleos familiares e sociais, quase sempre em condições de infraestrutura precária, reforçando a manutenção da marginalização da população negra na sociedade. Na Região, esse movimento de segregação é visível quando se estuda o processo (crescente) de formação de favelas e comunidades nas três cidades.

A despeito desse processo de apagamento de memórias e história da população negra, houve resistência e luta por grupos organizados para reivindicar o direito à cultura e ao patrimônio dos afrodescendentes. Podemos citar, no Paraguai, as três comunidades afro: *Kamba Kokué*, no Departamento de Paraguari; *Emboscada*, no Departamento de Cordillera e Kamba; e *Cuá*, localizada no município de Fernando de La Mora. Já na Argentina, na região de Posadas, temos o grupo de afrodescendentes *misioneros* “Memoria, Identidad y Dignidad” (2014) e, também, a realização do “Encuentro de los Afrodescendientes de Misiones”, promovido na cidade de San



esses eventos ganharam relevância a implantação de grandes obras de infraestrutura, a exemplo da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1970), assim como a implementação de políticas comerciais, ilustrada pela criação da Zona Franca de Ciudad del Este (1990). Em ambos os processos as cidades tiveram significativo aumento populacional e da estrutura urbana que, sem o planejamento adequado, acabou resultando na ampliação dos desafios nesse território.

Atualmente, vivenciamos um novo momento de reestruturação urbana, desencadeado pela implantação sobreposta de grandes projetos urbanos públicos e privados, além de obras de infraestrutura. Esse redesenho tem deslocado investimentos – que até então se concentravam em áreas centrais das cidades ou em eixos já consolidados de investimento dos setores imobiliário, turístico, comercial, industrial e logístico – para áreas até então concebidas como periféricas e sem valor de mercado. Essa nova configuração vem modificando significativamente os usos e os valores atribuídos ao solo da Região, provocando novas situações de injustiças sociais e ambientais.



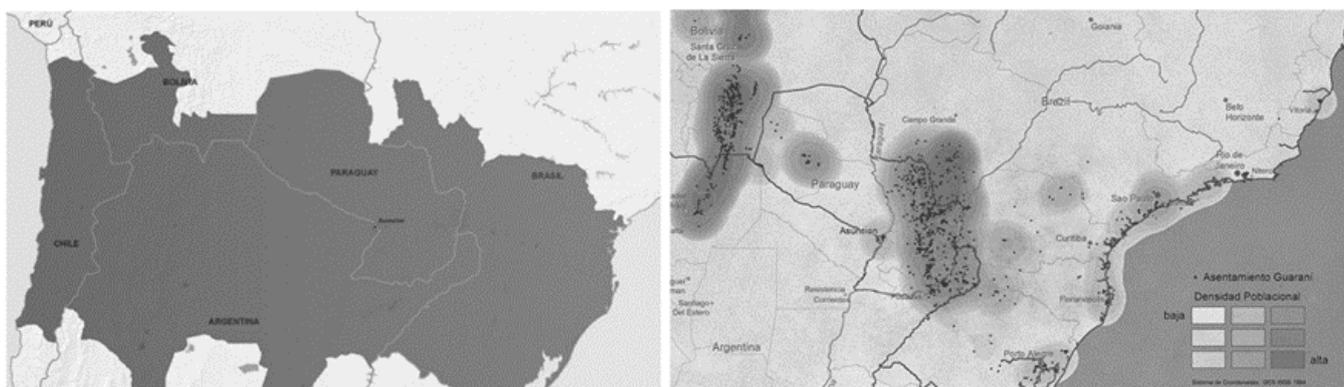
Informações relevantes a respeito dessa reestruturação urbana podem ser consultadas no capítulo 6 deste livro

A naturalização dessas reestruturações e de seus impactos, ou mesmo a compreensão de que o desenvolvimento na Região só virá a partir desses choques exógenos, tem afastado as agentes e os agentes líderes desse território de ações efetivas para um desenvolvimento que inclua todas as pessoas. Para isso, é necessário desconstruir a compreensão equivocada de que quanto maior for a mancha urbana, maior será o desenvolvimento da região. Ao contrário disso, diversos estudos demonstram a relação entre o tamanho da cidade e a ampliação da segregação social e ambiental.

A esse respeito, nos estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (MONTERO; GARCIA, 2017), em geral, as grandes manchas urbanas se anunciam como centros estratégicos para economias nacionais e globais, baseadas em inovação e tecnologia, concentrando atividades e empregos que exigem alto nível de qualificação e especialização, o que implica o emprego formal, porém para apenas segmentos específicos dessa população. Sem essa formação esperada, mas alimentando a esperança de alcançar qualidade de vida, diversas pessoas são atraídas para esses territórios – muitas vezes, pessoas vulneráveis –, como migrantes internacionais e nacionais, com recursos escassos, desempregados ou sem renda, em busca de oportunidades de trabalho (ANGILELI e OLIVEIRA, 2021; ANGILELI e ASSUMPÇÃO, 2021), o que não se concretizará em face do baixo nível de escolarização e da falta de qualificação profissional.

Além desse aspecto, esses centros fomentam ainda mais a já existente especulação imobiliária, beneficiando as pessoas que possuem propriedade em detrimento da população mais pobre que vê o acesso à terra formal ficar cada vez mais inalcançável. Trata-se de um dos desafios da explosão urbana e que acaba por revelar a forte vinculação entre a dimensão social e ambiental do uso do solo: de um lado, a demanda por moradias e ambientes urbanos adequados à vida; de outro, a capacidade ou a incapacidade de as cidades atenderem ao direito à moradia digna para todas as pessoas que compõem esses territórios. Como resultado desse processo de desequilíbrio, a ampliação da mancha urbana decorrente de um desenvolvimento econômico não inclusivo resulta em uma ampliação significativa dos bolsões de pobreza e de injustiça ambiental, nos quais a maior carga de danos desse desenvolvimento desigual pesará sobre as populações de baixa renda, como procuramos demonstrar no mapa abaixo, ou seja, pessoas com menor escolarização e os povos étnicos tradicionais, principalmente os indígenas (MONTERO; GARCIA, 2017), algo que não pode ser desconsiderado em razão da grande concentração de indígenas já em situação de extrema pobreza nos três países da Região Trinacional.

Figura 5 - Em um mesmo território: Eixo Capricórnio, Corredor Bioceânico de Infraestrutura e a grande concentração de comunidades Guaranis em sua área de influência



Fontes: COSIPLAN (2017) e Mapa Continental Guaraní (2016).

O mapa acima, ao apresentar a sobreposição entre grandes projetos e as comunidades vulneráveis, oferece uma primeira visão dos desafios para essas populações, em diversas escalas, desde a dos municípios da Região Trinacional até a escala continental.

Apesar da urgência de ações que alterem esse quadro como um todo, na Região Trinacional, observa-se uma negligência dos agentes públicos em relação à realização de estudos dos impactos socioambientais dos grandes projetos urbanos e de infraestrutura logística sobre essas comunidades tradicionais e comunidades populares, com destaque especial para o Corredor Bioceânico, pois já tem promovido importantes mudanças no território, como a ampliação das ameaças de despejo forçado em assentamentos informais e populares já consolidados no meio rural e urbano, vistos, agora, como territórios valorizados pela ação de intervenção.

A insegurança em perder a moradia, que no caso da Região Trinacional é desencadeada por tais intervenções, contraria um dos componentes centrais do direito à moradia adequada, isto é, a segurança da posse, entendida como

[...] um conjunto de relações que vinculam as pessoas às moradias e à terra que ocupam, estabelecido por meio de leis estatutárias ou consuetudinárias ou por arranjos híbridos ou informais, que viabilizam que alguém viva em sua casa com segurança, paz e dignidade. É parte integral do direito à moradia adequada e elemento necessário para que muitos outros direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais possam ser usufruídos. Todos devem ter um grau mínimo de segurança da posse que garanta proteção legal contra remoções forçadas, assédio e outras ameaças” (ONU, 2014, p. 03).

Cumprido esclarecer que o período pandêmico em curso ampliou a insegurança da posse na Região. Assim, além de processos de expulsão de famílias potencializados pela valorização de áreas urbanas, há, de maneira associada, a ampliação da pobreza, decorrente dos desafios econômicos desse período, levando muitas famílias ao deslocamento forçado em busca de abrigo, conforme dados de técnicas, técnicos, pesquisadoras e pesquisadores que realizam estudos de campo, nesse período, no Paraguai (TECHO PY, 2021) e no Brasil (ANGILELI, 2020). Em resumo, com a pandemia, houve tanto uma ampliação dos espaços de habitação precária nas cidades como também um adensamento nas favelas e ocupações já existentes.

A título de confirmação dessa tendência, na figura que segue é possível verificar o adensamento expressivo em ocupações e favelas nas áreas de impacto da segunda ponte de acesso ao Paraguai e da via Perimetral Leste, obras estas que compõem o Corredor Bioceânico de Infraestrutura Logística.

Figura 6 – Corredor Bioceânico, impactos em curso: avanço da mancha urbana irregular na maior ocupação do estado do Paraná – a ocupação Bubas



Fonte: Elaboração de Angileli (2021) e Angileli e Oliveira (2021), a partir de estudos de campo.

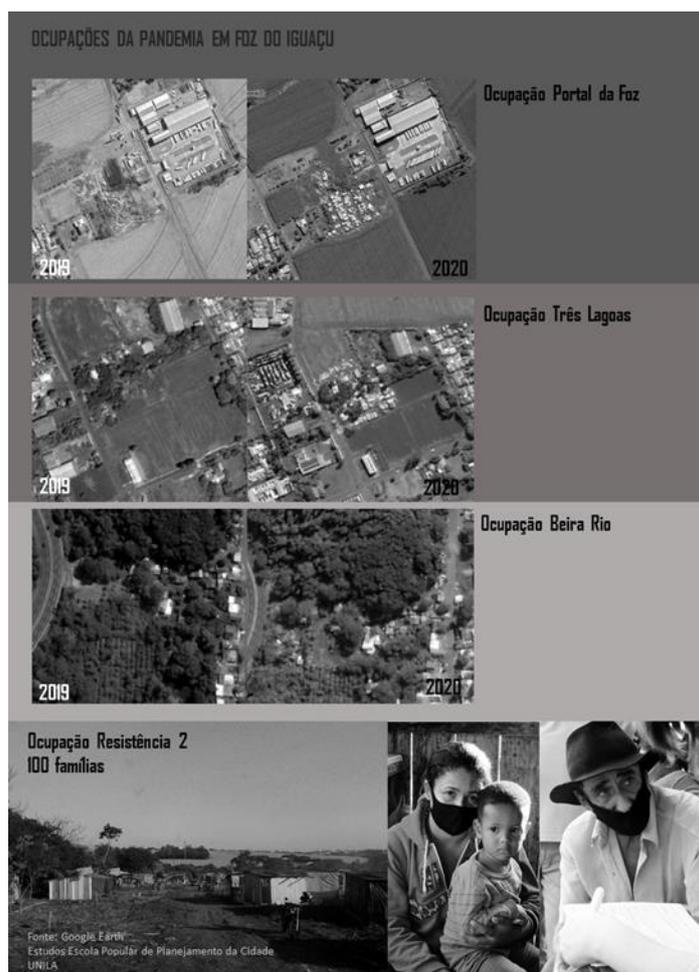
Em visita a novas ocupações na cidade de Foz do Iguaçu, em 2020/2021, a Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC UNILA)<sup>4</sup> destacou três características desses processos de expansão da cidade informal: i) novas ocupações em áreas em que há previsão da implantação de grandes obras; ii) adensamento habitacional precário de ocupações, favelas e assentamentos precários já existentes; iii) fenômeno de

<sup>4</sup> A Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC), coordenada por Angileli, é um projeto de extensão da Universidade Federal da Integração Latinoamericana, a Unila, em Foz do Iguaçu. Ao longo dos anos, a EPPC tem realizado estudos quantitativos e qualitativos sobre o perfil da população moradora de favelas e ocupações em Foz do Iguaçu, entre outras ações (ANGILELI, 2019; ANGILELI, 2020).

transbordamento populacional no entorno dos conjuntos habitacionais e áreas já regularizadas.

Ademais, no período pandêmico, as novas áreas de expansão informal consolidaram-se como espaços que passaram a acolher famílias sem condições de pagar seus aluguéis em bairros formais das cidades da Região Trinacional, como também em favelas e ocupações da região (ANGILELI, 2020), como se apresenta na Figura 7. Algumas dessas famílias são compostas por migrantes vindos de cidades menores e que, devido ao desemprego, na pandemia, buscaram alternativas/oportunidades para garantir a sobrevivência na Região. Outro ponto que causa preocupação diz respeito à identificação de um grande número de chefes de família ainda adolescentes e/ou mulheres em condição de mãe solo.

Figura 7 - Análise aerofotogramétrica de ocupações em Foz do Iguaçu, ao longo do período pandêmico – 2019-2020



Fonte: Elaboração de Angileli (2021) e Angileli e Oliveira (2021), a partir de estudos de campo.

Cabe ressaltar que a expansão urbana irregular também ocorreu em áreas de fragilidade ambiental, marcadas por restrições para a sua ocupação, além de riscos geotécnicos já conhecidos, como se procura demonstrar na figura que segue.

Figura 8 - Avanço da mancha urbana irregular em áreas de fragilidade ambiental: Rio Acaray, em Ciudad del Este (Paraguai)



Fonte: Elaboração de Angileli (2021) e Angileli e Oliveira (2021), a partir de estudos de campo.

É importante dizer que essas análises aerofotogramétricas não explicitam os desafios cotidianos de grande parte das famílias que ali habitam, como a precariedade das novas moradias ainda em estado provisório (lona), a falta de saneamento, a inadequação das construções aos extremos climáticos, cada vez mais presentes nessa região (chuvas intensas e ondas de calor), além da pauta da fome. A dimensão da metrópole informal trinacional deve nos reter atenção. Somente nas cidades de estudo deste capítulo, Ciudad del Este, Puerto Iguazú e Foz do Iguazu, encontramos 206 assentamentos informais, com cerca de 24.000 famílias (TECHO PY, 2021; TECHO AR, 2016; COHAPAR, 2019). e os números não param de aumentar a cada novo estudo de campo realizado. É preciso tornar cada vez mais visível os desafios dessa parcela significativa da população trinacional, em grande parte colocada às margens das leituras e dos planos territoriais que desenham a reestruturação da Região, a fim de que seja possível às gestoras e aos gestores agir na direção de “tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, como preconiza o ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

## Outros destaques sobre os desafios sociais na Região Trinacional

As mudanças constantes no território e o processo de intensificação da circulação, do fluxo e da integração de pessoas na Tríplice Fronteira acarretaram transformações nesse território. Como já apresentado na Figura 1, o percurso histórico de ocupação da Região propiciou não somente maior integração entre os três países, mas também um significativo aumento populacional em Foz do Iguazu, na década de 1970, seguido de Puerto Iguazú, em 1980, e em Ciudad del Este, em 1990, conforme se depreende dos dados dos gráficos que seguem.

Figura 9 - Crescimento da população de Ciudad del Este (1960-2016)



Fonte: DEEGC (2017).

Figura 10 - Crescimento da população de Foz do Iguaçu (1960-2016)



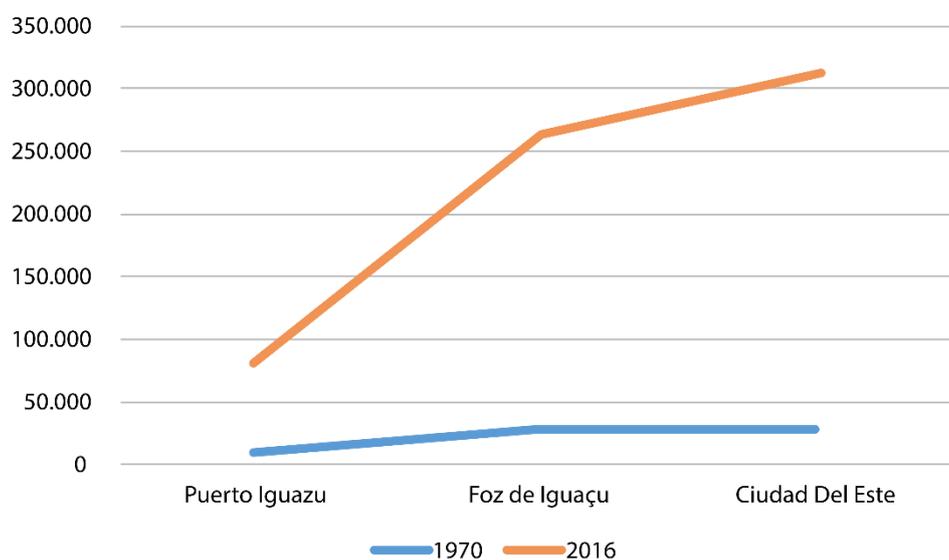
Fonte: IBGE (1960,1970, 1980, 1991 e 2000).

Figura 11 - Crescimento da população de Puerto Iguazú (1960-2016)



Fonte: INDEC (2001; 2010) e IPEC (2017).

Figura 12 - Expansão Demográfica Comparativa nas três cidades



Fonte: Elaboração de Cecília Angileli (2022), a partir dos gráficos anteriores.

Esse incremento populacional foi determinante na geração de impactos econômicos, sociais e culturais na Região Trinacional, a exemplo da ampliação de ocupações urbanas e as precárias condições de moradias nas três cidades. Merece atenção o fato de que essas alterações precisam ser acompanhadas de políticas públicas

adequadamente pensadas para minimizar os efeitos nocivos de um adensamento populacional brusco, como a ampliação da oferta de serviços de saúde e a revisão da mobilidade urbana planejada até então, em função da circulação intensa e dinâmica de pessoas dos três países.

## Dados sobre gênero na Região Trinacional

Para além das transformações provocadas pela circulação e fluxo de pessoas na Região, é necessário também enfatizar a relevância dos debates que giram em torno das questões de gênero.

Na vivência cotidiana das mulheres na fronteira, observa-se a existência de elementos de interseccionalidade a serem considerados, pois essas mulheres são impactadas de modo diferenciado em função de desigualdades sociais ligadas a questões étnicas e de classe social.

Ao observarmos os dados da região, podemos perceber a relevância do percentual de mulheres nas três cidades, como no caso de Foz do Iguazu (Brasil) em que o número de mulheres ultrapassa o de homens, como se depreende da tabela que segue.

Tabela 1 – Homens e mulheres na Fronteira Trinacional<sup>5</sup>

<b>Ciudad del Este (2020)</b>	
Razão entre os sexos – homens a cada 100 mulheres: 105,55	
<b>População oficial de Foz do Iguazu, por gênero (2010)</b>	
<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
131.870	124.218
<b>População oficial de Puerto Iguazú, por gênero (2010)</b>	
<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
40.933	41.294

Fonte: Elaboração de Angileli (2022), a partir dos bancos de dados do IBGE (2010), do INDEC (2010) e do DGEEC (2020).

<sup>5</sup> Ressalte-se aqui as dificuldades de obtenção de dados mais recentes sobre o tema, o que já é um indício importante quanto à atenção dada às questões de gênero, assim como a disparidade de metodologias adotadas na coleta e no tratamento das informações na região fronteiriça, neste e em vários outros tópicos.

Esse número significativo de mulheres na Região (assim como em qualquer outro território) enseja atenção às políticas públicas voltadas para as suas necessidades e à sua condição fronteiriça, em diversas áreas – saúde, educação, moradia e mobilidade –, sem deixar de considerar também as especificidades dessas políticas para a população feminina indígena, a migrante e a negra, quer esteja aldeada, em quilombos ou nas áreas periféricas, pois elas se encontram, quase sempre, em uma situação de maior vulnerabilidade.

Cabe enfatizar que a constatação da condição de vulnerabilidade da mulher na fronteira fere frontalmente os direitos fundamentais e aqueles que são internacionalmente defendidos, como também ameaça o exercício da cidadania e coloca em xeque a atuação das gestoras e dos gestores quanto a, pelo menos, dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o 5 e o 10:



Fonte: ONU Brasil (2015).

A pesquisa, o debate, o planejamento e a implementação de políticas públicas assertivas no campo da igualdade de gênero e centrada na redução das desigualdades associadas à condição da mulher – e, mais especificamente, da mulher na fronteira – passa a figurar, então, como emergência para o desenvolvimento sustentável. Não há desenvolvimento sustentável sem justiça social. Desse modo, é preciso a ação do Estado para a proteção dos diversos grupos de mulheres na fronteira, principalmente os mais vulneráveis, além de medidas de promoção da igualdade de oportunidades, a exemplo da profissionalização e da elevação da escolarização, tema a ser tratado no próximo tópico.

### Dados sobre a escolaridade da população da Região Trinacional

Na esteira dos debates sobre o desenvolvimento sustentável na Região, o nível de escolarização da população é sempre ponto de atenção, pois se tende a refletir-se nas condições de trabalho e vida das pessoas que habitam a Tríplice Fronteira.

Ainda que haja métricas diferentes para aferir a escolaridade nesse território compartilhado, os números divulgados destacam a urgência de ações dos Estados-nação para o aumento dos anos de estudo e projetos de formação continuada para a profissionalização e para o aperfeiçoamento profissional em serviço, como se depreende da análise da tabela seguinte.

Tabela 2 - Jovens que, em 2018, frequentam algum Instituto Educacional em Ciudad del Este

FAIXA ETÁRIA	SIM	NÃO	TOTAL
15 a 19 anos	72.8	27.2	100%
20 a 24 anos	30.1	69.9	100%
25 a 29 anos	11.8	88.2	100%
Total	36.6	61.4	100%

Fonte: Instituto Social do Mercosul (2018).

Os dados acima revelam que já na fase final da adolescência, entre 15 e 19 anos, quase 28% evadiram do sistema de ensino formal, comprometendo a conclusão do processo de escolarização básica, requisito essencial à entrada na Educação Superior, como prevê o artigo 42 da Lei nº 1264, de 26 de maio de 1998<sup>6</sup>. Seguindo nessa leitura, confirmamos a informação de que quase 70% dos jovens e das jovens entre 20 e 24 anos não prosseguem em seus estudos, assim como 88% entre 25 e 29 anos. Em boa medida, essa evasão e/ou restrição escolar afeta diretamente ao grupo menos favorecido socioeconomicamente, que se inicia na prática laboral, como identificou Frasson (2020) em seus estudos de campo:

Ao entrevistar alunos do ensino médio de instituições públicas, foram identificados, entre os jovens das classes populares, os que precisaram ingressar no mercado de trabalho durante o período do ensino médio ou logo após concluí-lo. Isso, independentemente das condições de trabalho. Outros, por sua vez, ao possuírem condições econômicas melhores, podiam dar continuidade

---

<sup>6</sup> Nesse artigo do documento consta: “Los alumnos que cursen satisfactoriamente los tres años de la Educación Media en cualquiera de sus modalidades de bachillerato, recibirán el título de bachiller. Para obtener este título será necesaria la evaluación positiva en todas las materias prescritas en el diseño curricular del Ministerio de Educación y Cultura para todas las instituciones educativas. El título de bachiller facultará para acceder a la formación profesional superior y a los estudios de nivel superior”.

aos estudos e se preparar para ocupar os melhores cargos. A transição escola-trabalho é, portanto, uma armadilha que, em vez de dissipar, consolida e amplia uma estrutura social profundamente desigual, no caso pela desigualdade de acesso à formação (FRASSON, 2020, p. 457).

Essa realidade, somada aos fatos de que grande parte dos cursos de bacharelado são ofertados por institutos educacionais privados e de que boa parcela dos jovens e das jovens veem-se forçados a matricularem-se em cursos de curta duração, em vez de avançarem em seus estudos superiores (FRASSON, 2020)<sup>7</sup>, explica os números de Ciudad del Este ora apresentados e também a estatística de que apenas 48% da população com mais de 20 anos completos, no Paraguai, concluiu a educação básica, ou seja, possui a certificação de Ensino Médio ou equivalente (IIEP, 2022a).

Em Puerto Iguazú, o cenário tendencial de pessoas adultas com baixo nível de escolarização também se confirma, como constatamos a seguir.

Tabela 3 – Escolarização dos chefes de família em Puerto Iguazú, de acordo com o último Censo

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	TOTAL
Chefe de família com o primário completo ou secundário incompleto	65 a 80 %	7.044
Chefe de família com o secundário completo ou superior incompleto	15 a 25 %	2.629
Chefe de família com o superior completo	5 a 15 %	406

Fonte: Plataforma Abierta de Datos Espaciales de Población de la Argentina (2010).

<sup>7</sup> Encontramos o seguinte relato em Frasson (2020, p. 457): “Quanto aos alunos pertencentes a famílias com necessidades financeiras, para eles o acesso ao ensino superior foi e é apenas um sonho, um sonho que precisa ser substituído por curso de curta duração. Um exemplo dessa condição é a aluna argentina do 3ºano do ensino médio que vende salgados nas ruas de Ciudad del Este. Ela sonhava em fazer arquitetura, mas estava tendo que se conformar em fazer um curso de *peluqueria*, ou seja, de cabelereiro”.

O baixo percentual de conclusão do ensino secundário, condição para a continuidade dos estudos na Educação Superior, como preconiza o artigo 30 da Lei nº 26.206/2006, reduz as possibilidades de emprego com maiores salários e melhores condições de trabalho<sup>8</sup>. Essas vagas acabam sendo ocupadas por jovens cujas famílias possuem maior renda e que, por não terem a necessidade de entrar precocemente no mundo do trabalho, seguem para o nível superior, informação que é ratificada por Frasson:

Estudantes com melhores condições sociais [...] se movem em direção a melhores condições de trabalho pela formação universitária. Para os jovens dos setores populares, no entanto, o trabalho é uma área de integração que compete intensamente com o estudo. Muitos, inclusive, se encontram presos num mercado de trabalho caracterizado pela precariedade, pela instabilidade e pelas escassas oportunidades de mobilidade social (FRASSON, 2020, p. 452).

Essa discrepância é confirmada também em documento divulgado pelo Instituto Internacional de Planejamento Educacional da UNESCO (IIEP, 2019, p. 5), seção de Buenos Aires, quando se afirma que “a desigualdade na escolarização associada ao nível socioeconômico das famílias de origem equivale a 20,6 pontos percentuais em detrimento dos adolescentes que compõem as famílias de menor nível socioeconômico (SITEAL, baseado na EPH do INDEC)”. Como consequência, há retração do acesso à Educação Superior (IIEP, 2019, p. 6): “Em 2016, 32,3% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados no nível superior (SITEAL, baseado no EPH do INDEC)”.

Em Foz do Iguaçu, a análise do quadro geral de matrículas na Educação Básica, em 2021, permite-nos dimensionar um significativo número de adolescentes cursando o Ensino Médio e a Educação Profissional:

---

<sup>8</sup> O quadro geral da Argentina em relação à conclusão do ensino médio ou equivalente pela população encontra-se melhor do que o do Paraguai – 60% das pessoas com mais de 20 anos completos alcançam esse patamar de escolarização (IIEP, 2022b). No entanto, Frasson (2019) esclarece que, em seu estudo de campo em Puerto Iguazú, ouviu relatos de pais e educadores sobre a existência de diferenças educacionais entre as províncias argentinas, em função dos maiores ou menores recursos disponíveis para os programas educacionais.

Tabela 4 – Matrículas na Educação Básica em Foz do Iguaçu – 2021

<b>Etapa/modalidade</b>	<b>Número de matrículas</b>
<b>Educação Infantil</b>	10.352 estudantes Em creches: 3.548 Em pré-escolas: 6.804
<b>Ensino Fundamental</b>	36.394 estudantes
<b>Ensino Médio</b>	9.336 estudantes
<b>Educação Profissional</b>	2.096 estudantes
<b>Educação Especial – classes exclusivas</b>	1.175 estudantes
<b>Educação de Jovens e Adultos - EJA</b>	3.691 estudantes Ensino Fundamental: 2.284 Ensino Médio: 1.407
<b>TOTAL DE ESTUDANTES</b>	60.784

Fonte: IPARDES (2022, p. 18).

Na tabela acima, chama a atenção o fato de que 3.691 estudantes jovens e adultos encontram-se defasados em relação ao seu processo de escolarização<sup>9</sup> – 62% não concluíram nem o Ensino Fundamental – e buscam resgatá-lo em classes de EJA<sup>10</sup>. Analisando, agora, somente esse público, mais uma vez, constatamos a interrupção dos estudos: cerca de 30% de quem tem entre 15 e 19 anos está fora da escola, percentual que sofre um aumento substancial na faixa dos 20 a 24 anos e na de 25 a 29 anos, como se verifica na tabela que segue.

<sup>9</sup> A esse respeito, Moura (2020, p. 48-49), ao estudar a realidade de duas escolas públicas da cidade constatou que a taxa de distorção entre a idade e a escolarização, no Ensino Médio, já variava entre 23% e 50%, o que representa um sinal de alerta para a gestão escolar local.

<sup>10</sup> Seria muito oportuno ter dados precisos de quantas pessoas jovens e adultas, na mesma condição de defasagem escolar, não conseguem conciliar trabalho, estudo e vida familiar, ficando de fora das turmas de EJA, em Foz do Iguaçu, comprometendo decisivamente a recuperação de sua escolaridade.

Tabela 5 - Jovens que, em 2018, em Foz do Iguaçu, frequentam algum estabelecimento de ensino

FAIXA ETÁRIA	SIM	NÃO	TOTAL
15 a 19 anos	69,5	30,5	100%
20 a 24 anos	32,2	67,8	100%
25 a 29 anos	16	84,0	100%
Total	39,8	60,2	100%

Fonte: Instituto Social do Mercosul (2018).

Já no âmbito da Educação Superior, conforme Tabela 6, observa-se um significativo contingente de pessoas jovens e adultas que circulam em instituições públicas e privadas de ensino.

Tabela 6 – Matrículas e concluintes na Educação Superior presencial e a distância em Foz do Iguaçu - 2020

MODALIDADE	DADOS	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
Presencial	Matrículas	5.735	1.756	7.575	15.066
	Concluintes	245	68	1.509	1.822
A Distância	Matrículas	53	76	5.350	5.479
	Concluintes	43	61	681	785

Fonte: IPARDES (2022, p. 20).

Esses números reforçam a importância das universidades públicas em Foz do Iguaçu – federal, a Unila, e estadual, a Unioeste –, por serem gratuitas e, com isso, tornarem mais acessível o ingresso na Educação Superior para a parcela de menor renda, como destaca Frasson (2020), embora seja necessária também uma política de permanência que a leve à conclusão de seu curso de graduação e/ou de pós-graduação.

Por fim, cabe destacar o desafio da permanência dos jovens profissionais aqui formados, o que implica também em um planejamento estratégico voltado para a ampliação das oportunidades de trabalho digno no território fronteiriço atual, ou mesmo na metrópole trinacional que se projeta, concebida como ponto-chave para um desenvolvimento sustentável na abordagem ora defendida.

## O potencial da diversidade cultural na Região Trinacional

A despeito dos desafios apresentados nas seções anteriores, a diversidade cultural fronteiriça pode ser força potencializadora do desenvolvimento de políticas públicas na Região Trinacional, quando formuladas a partir do reconhecimento da presença de pessoas de diversas origens e/ou etnias – paraguaia, argentina, brasileira, árabe, chinesa, coreana, indiana, indígena (de diferentes etnias), afrodescendentes, entre outras. A mobilidade relativamente fácil entre os três países e a interação cotidiana dessa pluralidade de grupos gera dinâmicas de diferentes ordens (linguísticas, culturais, econômicas, sociais etc.) que acabam por constituir a Região como um espaço intercultural singular.

Para evitar que esse rico movimento intercultural seja motriz de processos de exclusão, de subalternização, de inferiorização e de regulação estatal anuladoras/opressoras da diversidade são necessárias ações que vão além da reificação, da estetização e da romantização da diferença cultural, o que implica tornar visíveis e valorizados os saberes produzidos nas comunidades. Deste modo, a democratização do acesso à educação e ao trabalho de qualidade são fundamentais para reduzir as desigualdades socioculturais e garantir direitos para todos e todas.

Na direção da pretendida valorização de saberes e da diversidade fronteiriça vislumbramos duas grandes frentes de ação conjunta das agentes e dos agentes do território: i) a oferta de formação técnica e acadêmica de qualidade; ii) a educação colaborativa na fronteira.

Em relação à primeira, entende-se ser possível a promoção, com apoio estatal, de *Programas de Turismo Cultural*, proporcionando, de início, formação adequada a integrantes dos diferentes grupos que habitam a Região, especialmente os mais vulneráveis – comunidades tradicionais, coletivos culturais, povos de terreiros e migrantes, entre outros –, o que lhes permitiria ter acesso a habilitação e credenciamento no campo do Desenvolvimento Local e Turismo Cultural. Com essas credenciais e o apoio estatal para sua efetiva inserção laboral, poderiam ser traçadas, implementadas e articuladas diferentes alternativas turístico-culturais e novos circuitos que se somariam ao turismo convencional. Nessa direção, os governos locais mobilizariam e captariam recursos, por meio de um esforço individual e conjunto dos três países, microcréditos, programas de crédito tributário e subsídios específicos para as diferentes iniciativas, a fim de promover ativamente a formação necessária, a implementação das novas rotas turísticas e a redistribuição de recursos da atividade turística e comercial.

A segunda frente diz respeito à educação colaborativa entre os países, com ênfase em programas e projetos que primam pelo cuidado com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Nessa linha, atuam os Parques Nacionais do Iguaçu, tanto do lado do Brasil (Parna Iguaçu – ICMBio) quanto do lado da Argentina (Parque Nacional Iguazú), considerados como possíveis articuladores do potencial formativo integrado entre os três países. Os PNIs realizam algumas ações significativas, a exemplo de campanhas de educação ambiental, passeios programados para escolas, trabalho em rede com organizações nacionais e internacionais, trabalhos de pesquisa junto a instituições associadas ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), trabalhos em colaboração com estudantes pertencentes a povos indígenas, na condição de auxiliares de trabalho de campo (registro de pegadas, monitoramento, observação, entre outros). Essas e outras atividades podem ser ampliadas, abrangendo um número maior de pessoas de diferentes grupos da Região, com atenção aos mais vulneráveis, tendo como ponto de partida ações de capacitação específicas.

Ainda nessa segunda frente, antevê-se a possibilidade de oferta de formação interinstitucional, em nível de graduação e de pós-graduação, em regime de cooperação entre universidades dos três países. Avançando nesse sentido, identificamos, na Argentina, a Resolução do Ministério da Educação nº 2385/2015 na qual se prevê a possibilidade de uma carreira universitária conjunta, ou seja, única, titulada por duas ou mais das instituições universitárias argentinas e estrangeiras que façam parte do convênio e que apareçam como signatárias de um único diploma. Esse programa poderia ser fortalecido com um sistema de bolsas (para matrícula, transporte, material, alimentação e moradia) para efetivar as necessárias condições de ingresso, permanência e graduação em carreiras que permitam a máxima retenção educacional de jovens e pessoas adultas da Região. Nesse sentido, a Universidade Nacional de Misiones (UNaM) é pioneira no país e possui vasta experiência na gestão integral do sistema de bolsas para estudantes universitários da Província de Misiones.

Além da formação em nível superior, o potencial formativo integrado entre instituições de ensino médio/secundário da Região poderá ser viabilizado por meio da oferta de formação (em rede) para o desenvolvimento sustentável, de curta e média duração, sob diferentes formatos: oficinas multimídia, projetos lúdicos, exposições, viagens escolares, entre outros.

Para levar adiante essas frentes de trabalho, algumas possíveis fontes de financiamento e de apoio são o governo de Misiones, o governo do Estado do Paraná, o governo do Departamento Alto Paraná, a Itaipu Binacional, o Instituto Misionero de Biodiversidad (IMiBio) e as universidades públicas e privadas da Região.

## Considerações finais

Neste capítulo, procuramos apresentar informações que enfatizassem o perfil sociocultural da população da Região Trinacional, com ênfase nos grupos mais vulneráveis, e o fato de que o desenvolvimento sustentável se encontra balizado, principalmente, pelo crescimento econômico, pela inclusão social e pela proteção ambiental, elementos aqui considerados como indissociavelmente articulados e interdependentes.

Muitos são os desafios que se apresentam às pessoas que vivem no território fronteiro trinacional (Argentina – Brasil – Paraguai) e àquelas e aqueles que respondem por sua gestão, com destaque para a invisibilidade de determinados grupos (indígenas, quilombolas, negros e negras, migrantes), a desigualdade social e de gênero, assim como o baixo nível de escolarização da população (com todas as consequências a ela associadas).

Na superação dos problemas elencados, cientes dos limites deste texto, apresentamos algumas possíveis saídas para a redução das desigualdades, entendida no sentido do ODS 10 (ONU, 2015): a oferta de formação técnica e acadêmica de qualidade, somada à educação colaborativa na fronteira. Essas e outras ações – discutidas, planejadas, implementadas, acompanhadas e avaliadas de modo integrado entre os três países da Região Trinacional do Iguaçu – podem ser passos importantes para o fortalecimento de políticas públicas que primam pelo bem viver e pelo desenvolvimento pautado na perspectiva sustentável da vida em seu sentido mais amplo.

## Referências

ANDREWS, G. R. **América Afro-Latina: 1800-2000**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2007.

ANGILELI, C. M. de M. M. **Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2018-Angileli”**. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2019.

ANGILELI, C. M. de M. M. **Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2020”**. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2020.

ANGILELI, C. M. de M. M.; ASSUMPÇÃO, S. B. A Unila e o papel da universidade periférica. In: CALDERARI, E. S.; FELIPE, J. P. **Novos campi universitários brasileiros: processos e impactos**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021, p. 195-231. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/134>. Acesso em: 12 out. 2021.

ANGILELI, C. M. de M. M.; OLIVEIRA, T. A Região Trinacional e os desafios de um território em “transição” para a sustentabilidade. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS TRANSFRONTERIZOS: Integración Regional para el Desarrollo Sostenible y Ordenamiento Territorial, 6., 2021, Misiones. **Anais** [...]. Misiones: UNaM, 2021. No prelo.

ARGENTINA. **Ley nº 26.206, de 14 de dezembro de 2006**. Ley de Educación Nacional. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ley-de-educ-nac-58ac89392ea4c.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

ARGENTINA. **Resolução nº 2385, de 9 de setembro de 2015**. Aprova o documento titulado “Regimen de organizacion de carreras, otorgamiento de titulos y expedicion de diplomas de las instituciones universitarias que integran el sistema universitario nacional”. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-2385-2015-251971>. Acesso em: 19 maio 2022.

BENVENUTO, J. **Somos todos irmãos?** Reflexões sobre a percepção da integração regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai. Foz do Iguçu: GEDAI, 2016.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em: 19 maio 2022.

BULIUBASICH, C.; CORDOBA, A. V. C.; FLORES, M. E. **Guaraní Continental 2016** (online). Instituto de Investigaciones em Ciencias Sociales y Humanidades, 2016. Disponível em: <http://www.icsoh.unsa.edu.ar/mapa-continental-guarani-reta/>. Acesso em: 31 abr. 2022.

CARDIN, E. G. de. **A expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR. **Assentamentos precários – SISPEHIS** (online). 2019. Disponível em: <https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/77cf045b411747cd92b9f9c40d809d56>. Acesso em: out. 2021.

CONSEJO SURAMERICANO DE INFRAESTRUCTURA Y PLANEAMIENTO - COSIPLAN. **Carteira de Projectos 2017**. Disponível em: <https://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=122>. Acesso em: 09 maio. 2022.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS - DGEEC. **Proyeccion de Hogares por sexo y edad - Período 2010-2025**. Paraguay, agosto de 2017. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyecciones/Proyeccion%20de%20hogares%20por%20sexo%20y%20edad.%20Periodo%202010-2025.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

FRASSON, M. A Educação na Tríplice Fronteira (BR, PY e AR): tendências neoliberais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 24, n. 43, p. 447-471, set./dez. 2019.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MELIÀ, B. (Ed.). **Guarani retã 2008**: povos Guaraní na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. [S.l.]: Unam, CTI, Cimi, Instituto Socioambiental, CEPAG, SPSAJ, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/publicacoes-isa/guarani-reta-2008-povos-guarani-na-fronteira-argentina-brasil-e-paraguai>. Acesso em: 14 abr. 2022.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi-transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t14\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf). Acesso em 09 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd\\_1970\\_sinopse\\_preliminar\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_pr.pdf). Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd\\_1980\\_v1\\_t1\\_n19\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf). Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd\\_1991\\_v6\\_n20\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n20_pr.pdf). Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?&t=destaques>. Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL - IIEP. **Perfil do país** – Argentina. 2019. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_informe\\_pdfs\\_pt/argentina\\_dpe\\_-22\\_04\\_por-br.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_informe_pdfs_pt/argentina_dpe_-22_04_por-br.pdf). Acesso em: 18 maio 2022.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL - IIEP. **Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina** – Paraguay. 2022a. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pais/paraguay#Notas>. Acesso em: 18 maio 2022.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL - IIEP. **Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina** – Argentina. 2022b. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pais/argentina>. Acesso em: 18 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS - INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001**. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-134>. Acesso em: 09 maio. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS - INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135>. Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Caderno Estatístico**: município de Foz do Iguaçu – maio 2022. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85850&>. Acesso em: 16 maio 2022.

INSTITUTO PROVINCIAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS – IPEC. **Anuario Estadístico de la Provincia de Misiones 2017**. Disponível em: <https://ipecmisiones.org/wp-content/uploads/2020/08/IPEC-Misiones-Anuario-Estadistico-de-la-Provincia-de-Misiones-2017.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL - ISM. **Juventudes e fronteras no Mercosul** – Ocupações 2018. Disponível em: <http://www.ismercosur.org/pt/ocupacao/>. Acesso em: 16 maio 2022.

MACHADO e SILVA, R. C. Escola e educar na fronteira: atos do Estado se (des)fazendo em seus limites. In: DORFMAN, A.; FILIZOLA, R.; FÉLIX, J. M. (Orgs.). **Ensinando Fronteiras**: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade. Porto Alegre: Editora Letra 1/Editora Diadorim, 2021. p. 27-58.

MAPA GUARANI. **Cuaderno del mapa Guaraní Continental**. Equipe Mapa Guaraní Continental, Campo Grande, 2016.

MARQUES, J. A. L. F. **Integração e cooperação territorial da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017.

MONTERO, L.; GARCÍA, J. (Eds.). **Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe**. Santiago: Nações Unidas/Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL/Cooperación Regional Francesa para América del Sur, 2017.

MOURA, F. C. de. **Uso do álcool relacionado ao abandono e a evasão escolar na concepção dos adolescentes**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatoria da ONU pelo direito à moradia digna** - Diretrizes para a segurança da posse. 25ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2014. Disponível em: [www.direitoamoradia.org](http://www.direitoamoradia.org). Acesso em: 25 abr. 2022.

ONU BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PLATAFORMA ABIERTA DE DATOS ESPACIALES DE POBLACIÓN DE LA ARGENTINA. **Indicadores del Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. Disponível em: <https://mapa.poblaciones.org/map/3701/#/@-25.612118,-54.570497,14z&r14800/l=4401!v2!a2li2!w0,0,0>. Acesso em: 16 maio 2022.

PARAGUAI. Ministerio de Educación y Cultura. **Lei nº 1264, de 26 de maio de 1998**. Ley General de Educación – Paraguay. Disponível em: <https://www.pol.una.py/wp-content/uploads/2021/02/Ley1264GeneralDeEducacion.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

RIOS, F.; LIMA, M. GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano** – Lélia Gonzalez. São Paulo: Schwarcz/Companhia das Letras, 2020.

ROWANWINDWHISTLER. Misiones Occidentales. **Wikipedia**, 2018. Disponível em:  
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=74332637#file>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SOUZA, A. M. de; JESUS, J. S. de; SILVA, R. Rap na fronteira: Narrativas poéticas do Movimento hip hop. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 25, jul./dez. 2014. Disponível em:  
<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3433>. Acesso em: 09 maio. 2022.

TECHO ARGENTINA. **Relevamiento de Asentamientos Precarios** (RAP). 2016. Disponível em:  
<http://relevamiento.techo.org.ar/>. Acesso em: 31 abr. 2022.

TECHO PARAGUAY. **Relevamiento de Asentamientos Precarios** (RAP) - Ciudad del Este. 2021.  
Disponível em: <https://www.mapadeasentamientos.org.py/>. Acesso em: 12 out. 2021.